

FUNDAÇÃO RANGEL DE  
SAMPAIO

RELATÓRIO DE GESTÃO E  
CONTAS – ANO 2013

Aprovado pelo Conselho Diretivo em 07 de Março de 2014

Faculdade de Direito - Universidade de Coimbra

73  
L  
R



33  
2  
VK

## Índice

Introdução e destaques .....	3
Perfil identitário .....	4
Estrutura e Ação Social .....	5
Conjuntura económica .....	6
Indicadores .....	8
Demonstrações financeiras .....	9
Notas anexas às Demonstrações financeiras .....	14

## Introdução e destaques

O Relatório de Gestão e Contas da Fundação Rangel de Sampaio, pretende sintetizar a informação mais relevante da atividade da Fundação Rangel de Sampaio em 2013, produzindo informação para a avaliação, interna e externa, do seu desempenho na sua área de missão (mecenato no ensino e ação social).

Na estrutura organizacional, o ano ficou marcado pela eleição de um novo Conselho Diretivo para o período que medeia entre 24/07/2013 e 12/10/2016, deixando o cargo de Presidente a Doutora Anabela Maria Pinto de Miranda Rodrigues, sendo este assumido pelo Doutor António dos Santos Justo. Em termos orgânicos há também alteração no cargo de vogal do conselho diretivo, assumindo o mesmo o Dr. Pedro António Pimenta da Costa Gonçalves por troca com Dr. Manuel Couceiro Nogueira Serens.

Financeiramente, e dado que a atividade da Fundação é em muito autofinanciada pela rentabilização e aplicação dos seus recursos, em boa parte financeiros, a incerteza dos mercados traduz-se também numa afetação parcial dos resultados da mesma.

Em termos de ação social, deu-se continuidade à prossecução das políticas constantes em anos anteriores, tentando na conjuntura atual de recessão não prejudicar a ação social de forma a atribuir dotações para este fim com valores idênticos aos demais anos.

Fica uma nota também para a elaboração no ano de 2013, da monografia "Direito do Petróleo" por diversos colaboradores da Universidade de Coimbra.

33  
12  
UK

## **Perfil identitário**

### **Missão, valores e visão**

A Fundação Rangel de Sampaio, fundada em 2 de Abril de 1963 pelo Decreto Lei 44 956, é uma pessoa coletiva de direito privado com estatuto de utilidade pública, instituída junto da Faculdade de Direito da Universidade de Coimbra.

Na Universidade de Coimbra, fundada por D. Dinis e confirmada por Bula do Papa Nicolau IV em 9 de agosto de 1290, sendo a mais antiga das universidades portuguesas e uma das mais antigas do mundo, conjugam-se hoje valores de tradição, contemporaneidade e inovação. Os mais de sete séculos da sua história demonstram a sua abertura ao mundo, a cooperação, a interação de culturas, a independência, a tolerância, o diálogo - alguns dos valores da sua matriz identitária. A estes juntam-se outros como a valorização das pessoas, o rigor intelectual, a liberdade de opinião, a ética, a humildade científica e o estímulo à criatividade e o reconhecimento e promoção do mérito.

No cumprimento da sua missão, tal como a Universidade de Coimbra, a Fundação Rangel de Sampaio deve contribuir para a difusão e transferência do conhecimento nos mais diversos domínios, em interligação com a sociedade, não só a nível nacional, mas também internacional. Para tal, prossegue os seguintes fins:

- a) Atribuir bolsas de estudo a estudantes pobres e distintos e conceder subsídios para viagens de estudo no país ou estrangeiro;
- b) Manter e proporcionar residências e instalações desportivas para estudante;
- c) Custear estudos e missões científicas de professores, assistentes e candidatos ao doutoramento, no país ou no estrangeiro;
- d) Habilitar a faculdade a instituir o prémio Dr. Guilherme Moreira atividades de extensão universitária, nomeadamente a prestação de serviços especializados à comunidade, em benefício da cidade, da região e do país;

73  
h  
K

## Estrutura

A estrutura da Fundação Rangel Sampaio no presente ano, dado que em Julho de 2013 foi nomeada a nova Direção, foi a seguinte:

### Orgãos Sociais 2010/2013

<b>Presidente Conselho Diretivo</b>
Dra. Anabela Maria Pinto de Miranda Rodrigues
<b>Vogal Conselho Diretivo</b>
Dr. Luis Pedro Chaves Rodrigues da Cunha
<b>Vogal Conselho Diretivo</b>
Dr. Manuel Couceiro Nogueira Serens

### Orgãos Sociais 2013/2016

<b>Presidente Conselho Diretivo</b>
Dr. António dos Santos Justo
<b>Vogal Conselho Diretivo</b>
Dr. Pedro António Pimenta da Costa Gonçalves
<b>Vogal Conselho Diretivo</b>
Dr. Luis Pedro Chaves Rodrigues da Cunha

## Ação Social

No presente ano a ação social da Fundação Rangel Sampaio pode, em traços gerais, resumir-se a:

- a – Atribuição de bolsas de estudo mensais → 15 Bolsas
- b – Subsidição de estudos e missões → 5 Missões
- c – Cedência de uma residência universitária aos serviços de ação social \* → 1 Residência
  - \* c1 – *Recebendo dos mesmos 10 bolsas de alojamento que se concedem a alunos da FDUC*
  - \* c2 - *Recebendo dos mesmos 10 bolsas de alimentação que se concedem a alunos da FDUC*
- d – Atribuição de prémio de mérito Dr. Manuel de Andrade → 1 Prémio
- e - Atribuição de prémio de mérito Dr. Guilherme Moreira → 1 Prémio
- f - Atribuição de prémio de mérito Dr. Joaquim Lopes Praça → 1 Prémio
- g - Elaboração de monografia ao benemérito Dr. Lopes Praça → 1000 exemplares

73  
22  
4

## Investimentos Financeiros – Análise de conjuntura

Dada a importância desta rubrica na sustentabilidade e garantia dos fins da Fundação Rangel Sampaio, segue uma memória descritiva que analisa o cenário económico no ano 2013 efetuada pelo banco BPI, no seu relatório de gestão da carteira de investimentos da Fundação:

### Conjuntura Económica

Depois da grande recessão de 2009 e do ensaio da retoma em 2010, o ano que agora termina é o terceiro em que o crescimento desilude, mantendo-se muito próximo de mínimos históricos. 2013 foi ainda caracterizado por sucessivas revisões em baixa do cenário de crescimento económico global, ainda que desta vez afetando mais as economias emergentes ou em desenvolvimento. Mas, grosso modo, todas as regiões dececionaram; relembre-se o cenário da OCDE elaborado há um ano, em que antecipava uma contração da atividade de 0.1% na região do euro em 2013, comparando com as previsões mais recentes, -0.4%; antecipava-se crescimento de 2% do PIB nos EUA (consensus) que compara atualmente com expectativas de 1.7%. Apesar de riscos reconhecidos, o cenário para 2014 afigura-se mais auspicioso, assente em políticas económicas acomodáticas. A liquidez financeira global manter-se-á ampla, embora alguns bancos centrais (Reserva Federal dos EUA e Banco de Inglaterra) devam continuar o processo de lenta retirada dos estímulos. A política orçamental deverá assumir um carácter mais acomodático, sobretudo nos EUA. Na região do euro, os avanços na arquitetura da União Bancária poderão traduzir-se na melhoria efetiva do ambiente financeiro nos países mais fragilizados. O final do programa de assistência português constituirá também um teste importante à solidez da atual estrutura e mecanismos existentes na UEM. Em termos de risco, são de destacar os de natureza política, associados às eleições de Maio 2014 para o Parlamento Europeu. Os mercados emergentes enfrentarão um ambiente externo menos favorável, nomeadamente as economias mais dependentes de fundos externos, dada a trajetória esperada para a política monetária e a expectativa de que em 2014/15 comece a reduzir-se a ampla liquidez no sistema financeiro global. Este pode ser um risco para o equilíbrio global dado o peso que este grupo de países assume no PIB mundial. Efetivamente, face a uma maior dificuldade de financiamento no exterior, as autoridades monetárias poderão optar por aumentar as suas taxas de juro, impondo uma política monetária mais restritiva e forçando a desaceleração da atividade.

### Conjuntura Macroeconómica

2013 foi um ano de fraco crescimento económico e manutenção da política monetária extremamente expansionista, marcada pelas reduzidas taxas de juro e expansões agressivas dos balanços dos bancos centrais. Observaram-se sucessivas revisões em baixa do crescimento global, mais acentuadas nas economias emergentes, e alguns sinais de recuperação económica para as economias desenvolvidas. O BCE reduziu a taxa de referência para um mínimo histórico de 0.25%, afirmando que as taxas deverão

73  
LK

permanecer baixas por um período de tempo prolongado; nos EUA, onde a tendência de crescimento é mais forte, a Reserva Federal norte-americana sinalizou o início da redução dos estímulos à economia, indicando, no entanto, que as taxas de juro deverão permanecer próximas de zero até 2015. O euro consolidou a sua posição, evidenciada na apreciação acumulada relativamente às principais moedas, num cenário de maior estabilidade financeira, sobretudo em relação aos países da periferia. Para 2014, o cenário de crescimento é mais favorável e as perspectivas de inflação são reduzidas; no entanto, permanecem alguns fatores de incerteza, nomeadamente associados à implementação das estratégias de saída das políticas monetárias não convencionais e por motivos de ordem política, nomeadamente na Europa.

### **Mercados Accionistas**

O ano foi muito positivo para os mercados accionistas desenvolvidos que registaram, em termos globais, uma valorização de 29.6% (índice MSCI World em moeda local). O Japão destacou-se pela positiva, tendo obtido ganhos de 51.5% (índice Topix em JPY). Os EUA subiram 29.6% (índice S&P500), enquanto que os mercados europeus se valorizaram, em média, 22.3% (índice MSCI Europe em moeda local). Na Europa os ganhos foram liderados pelo mercado alemão, que subiu 25.5%. Pela negativa estiveram as acções de mercados emergentes que apresentaram, globalmente, perdas de 5.0% (índice MSCI Emerging Markets em USD), com destaque para o Brasil, com uma desvalorização de 15.5% (índice Bovespa, em moeda local).

### **Mercados Obrigacionistas**

Em 2013 as obrigações do Governo norte-americano registaram perdas de 3.4%. O mesmo não aconteceu com a dívida pública europeia, que se valorizou 2.4%, tendo beneficiado da boa performance da dívida soberana de países periféricos, como Espanha e Itália. Os mercados de crédito também apresentaram uma evolução positiva, com ganhos mais expressivos nas classes de dívida investment grade financeira e high yield (2.9% e 7.2%, respectivamente, medidos pelos índices IBOXX Financials em EUR e Citigroup High Yield, em moeda local). Pela negativa destacaram-se as obrigações de mercados emergentes, que perderam 8.3% (índice JP Morgan Emerging Markets, em USD). As taxas de curto prazo continuaram a manter-se em níveis historicamente reduzidos embora tenham registado uma ligeira subida durante o ano.

77  
 72  
 6K

## Principais Indicadores Económicos da Fundação Rangel de Sampaio – Anos 2013 / 2012

Fica uma breve síntese dos rácios e indicadores relevantes de carácter económico-financeiro dos anos 2013/2012:

*Nota: Tendo em conta que o ano 2012 foi um ano excepcionalmente proveitoso para a Fundação em termos de resultados, a análise do ano 2013 em termos de rendibilidades deve ter esse fator em linha de consideração dado que a comparação que se segue tem como ano base comparativo esse mesmo ano 2012.*

Rubrica	2013	2012	Var	% Var
Resultado do Período	76.668,13 €	271.172,12 €	-194.503,99 €	-72%
Rendimentos	353.592,61 €	664.384,70 €	-310.792,09 €	-47%
Gastos	276.924,48 €	393.212,58 €	-116.288,10 €	-30%
Activos	4.936.436,24 €	4.870.050,72 €	66.385,52 €	1%
Passivos	531.417,88 €	541.700,49 €	-10.282,61 €	-2%
Fundos Patrimoniais	4.405.018,36 €	4.328.350,23 €	76.668,13 €	2%
<b>Rácios de Liquidez</b>				
Liquidez Geral	27,69	18,63	9,06	49%
Liquidez Reduzida	27,69	18,63	9,06	49%
Liquidez Imediata	26,94	17,79	9,14	51%
<b>Rácios de Solvabilidade e Autonomia</b>				
Autonomia Financeira	0,89	0,89	0,00	0%
Solvabilidade Financeira	8,29	7,99	0,30	4%
Capacidade de Endividamento m/l	0,91	0,91	0,00	0%
<b>Rácios de Rendibilidade</b>				
Rendibilidade dos Rendimentos	21,68%	40,82%	-19,13%	-47%
Rendibilidade do Activo	1,55%	5,57%	-4,02%	-72%
Rendibilidade dos Fundos Patrimoniais	1,74%	6,27%	-4,52%	-72%

23  
R  
K

# DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

23  
 12  
 16

RUBRICAS	NOTAS	31 Dezembro 2013	31 Dezembro 2012
<b>ACTIVO</b>			
<b>ACTIVO NÃO CORRENTE</b>			
Activos fixos tangíveis	5	394.934,87	405.850,45
Propriedades de investimento		0,00	0,00
Trespasse (goodwill)		0,00	0,00
Activos Intangíveis		0,00	0,00
Activos biológicos		0,00	0,00
Participações financeiras - método da equivalência patrimonial		0,00	0,00
Participações financeiras - outros métodos		0,00	0,00
Accionistas/ sócios		0,00	0,00
Outros activos financeiros		0,00	0,00
Activos por impostos diferidos	8	2.418.134,10	2.528.628,95
Activos não correntes detidos para venda		0,00	0,00
		<b>2.813.068,97</b>	<b>2.934.479,40</b>
<b>ACTIVO CORRENTE</b>			
Inventários		0,00	0,00
Activos biológicos		0,00	0,00
Clientes		0,00	0,00
Adiantamentos a fornecedores		0,00	0,00
Estado e outros entes públicos		0,00	0,00
Accionistas/ sócios		0,00	0,00
Outras contas a receber		0,00	0,00
Diferimentos	7	57.216,99	85.976,21
Activos financeiros detidos para negociação	7	472,05	471,06
Outros activos financeiros		2.865,84	2.865,84
Outros activos financeiros		0,00	0,00
Caixa e depósitos bancários	9	2.082.812,39	1.846.258,21
		<b>2.123.367,27</b>	<b>1.935.571,32</b>
<b>TOTAL DO ACTIVO</b>		<b>4.936.436,24</b>	<b>4.870.050,72</b>

(1)- O euro, admitindo-se, em função da dimensão e exigências de relato, a possibilidade de expressão das quantias em milhares de euros

73  
 W  
 K

RUBRICAS	NOTAS	31 Dezembro 2013	31 Dezembro 2012
<b>FUNDOS PATRIMONIAIS</b>			
<b>FUNDOS</b>			
Capital realizado		0,00	0,00
Ações (quotas) próprias		0,00	0,00
Prestações suplementares e outros instrumentos de capital próprio		0,00	0,00
Prémios de emissão		0,00	0,00
Reservas legais		0,00	0,00
Outras reservas		0,00	0,00
Excedentes de revalorização		0,00	0,00
Ajustamentos em activos financeiros		0,00	0,00
Outras variações nos Fundos Patrimoniais		2.001,11	2.001,11
Resultados transitados		4.326.349,12	4.055.177,00
Resultado líquido do período		76.688,13	271.172,12
Interesses minoritários		0,00	0,00
<b>TOTAL DOS FUNDOS PATRIMONIAIS</b>		<b>4.405.018,36</b>	<b>4.328.350,23</b>
<b>PASSIVO</b>			
<b>PASSIVO NÃO CORRENTE</b>			
Provisões		0,00	0,00
Financiamentos obtidos		0,00	0,00
Responsabilidades por benefícios pós-emprego		0,00	0,00
Passivos por impostos diferidos		0,00	0,00
Outras contas a pagar		0,00	0,00
<b>PASSIVO CORRENTE</b>	<b>7</b>	<b>454.727,25</b>	<b>437.784,73</b>
Fornecedores		0,00	0,00
Aclantamento de clientes		0,00	0,00
Estado e outros entes públicos		0,00	0,00
Accionistas/ sócios		0,00	172,00
Financiamentos obtidos		0,00	0,00
Outras contas a pagar		0,00	0,00
Passivos financeiros detidos para negociação	<b>7</b>	12.012,27	37.054,18
Outros passivos financeiros		0,00	0,00
Diferimentos	<b>7</b>	64.678,36	66.689,58
<b>TOTAL DO PASSIVO</b>		<b>531.417,88</b>	<b>541.700,49</b>
<b>TOTAL DOS FUNDOS PATRIMONIAIS E PASSIVO</b>		<b>4.936.436,24</b>	<b>4.870.050,72</b>

(1) - O euro, admitindo-se, em função da dimensão e exigências de relato, a possibilidade de expressão das quantias em milhares de euros

33

RENDIMENTOS E GASTOS	NOTAS	PERÍODOS	
		2013	2012
Vendas e serviços prestados		0,00	0,00
Subsídios à exploração		0,00	0,00
Ganhos/perdas imputados de subsidiárias, associadas e empreendimentos conjuntos		0,00	0,00
Variação nos inventários da produção		0,00	0,00
Trabalhos para a própria entidade		0,00	0,00
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas		0,00	0,00
Fornecimentos e serviços externos	7	-28.068,82	-26.680,43
Gastos com pessoal		0,00	0,00
Ajustamentos de inventários (perdas/reversões)		0,00	0,00
Imparidade de dívidas a receber (perdas/reversões)		0,00	0,00
Provisões (aumentos/reduções)		0,00	0,00
Imparidade de activos não depreciables/amortizáveis (perdas/reversões)		0,00	0,00
Aumentos / reduções de justo valor	8	-39.582,96	260.476,75
Outros rendimentos e ganhos	7	213.378,03	175.614,81
Outros gastos e perdas		-69.468,70	-140.831,31
Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos		76.257,55	268.579,82
Gastos / reversões de depreciação e de amortização	5	-10.915,58	-10.915,58
Imparidade de activos depreciables / amortizáveis (perdas/reversões)		0,00	0,00
Resultado Operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)		65.341,97	257.664,24
Juros e rendimentos similares obtidos	6 / 7	40.130,89	60.361,32
Juros e gastos similares suportados		-28.804,73	-46.853,44
Resultado antes de Impostos		76.668,13	271.172,12
Imposto sobre o rendimento do período		0,00	0,00
Resultado líquido do período		76.668,13	271.172,12
Resultado das actividades descontinuas (líquido de impostos) incluído no resultado líquido do período		0,00	0,00
Resultado líquido do período atribuível a: (2)			
Detentores do capital da empresa-mãe		0,00	0,00
Interesses minoritários		0,00	0,00
Resultado por acção básico		0,00	0,00

(1) - O euro, admitindo-se, em função da dimensão e exigências de relato, a possibilidade de expressão das quantias em milhares de euros  
 (2) Esta informação apenas será fornecida no caso de contas consolidadas

73

RUBRICAS	NOTAS	PERIODOS	
		2013	2012
<b>Fluxos de caixa das actividades operacionais - método directo</b>			
Recebimentos de clientes			
Pagamentos a fornecedores		4.913,20	3.259,48
Pagamentos ao pessoal			
Caixa gerada pelas operações			
Pagamento/recebimento do imposto sobre o rendimento		(4.913,20)	(3.259,48)
Outros recebimentos/pagamentos		3.458,03	4.729,07
Fluxos de caixa das actividades operacionais (1)		(1.455,17)	1.469,59
<b>Fluxos de caixa das actividades de investimento</b>			
<b>Pagamentos respeitantes a:</b>			
Activos fixos tangíveis			
Activos intangíveis			
Investimentos financeiros			
Outros activos			
<b>Recebimentos provenientes de:</b>			
Activos fixos tangíveis			
Activos intangíveis			
Investimentos financeiros			
Outros activos			
Subsídios ao investimento			
Juros e rendimentos similares			
Dividendos			
Fluxos de caixa das actividades de investimento (2)			
<b>Fluxos de caixa das actividades de financiamento</b>			
<b>Recebimentos provenientes de:</b>			
Financiamentos obtidos			
Realizações de capital e de outros instrumentos de capital próprio			
Cobertura de prejuízos			
Doações			
Outras operações de financiamento			
<b>Pagamentos respeitantes a:</b>			
Financiamentos obtidos			
Juros e gastos similares			
Dividendos			
Reduções de capital e de outros instrumentos de capital próprio			
Outras operações de financiamento			
Fluxos de caixa das actividades de financiamento (3)			
<b>Variação de caixa e seus equivalentes (1+2+3)</b>		(1.455,17)	1.469,59
<b>Efeito das diferenças de câmbio</b>			
<b>Caixa e seus equivalentes no início do período</b>		7.003,69	5.534,10
<b>Caixa e seus equivalentes no fim do período</b>		5.548,52	7.003,69

NOTA RESPECTIVA DO ANEXO: Nº 9

23  
22  
21

NOTAS ANEXAS

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

73  
R  
K

## NOTAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS:

### 1 – Identificação da entidade:

Designação da entidade: Fundação Rangel de Sampaio – NIF 500 122 261

Morada: Pátio da Universidade – Faculdade de Direito Universidade Coimbra – 3004-545 Coimbra

Telefone: +351 239 859 801/02

Fax: +351 239 823 353

Endereço eletrónico: rsampaio@fd.uc.pt

Página da internet: <http://www.uc.pt/fduc/frs>

Natureza da atividade: Contribuição para a difusão e transferência do conhecimento nos mais diversos domínios, em interligação com a sociedade, não só a nível nacional, mas também internacional em ligação com a Universidade de Coimbra.

### 2 – Referencial Contabilístico Utilizado

As demonstrações Financeiras anexas estão em conformidade com todas normas que integram a normalização contabilística para as entidades do sector no lucrativo (ESNL) DL n.º 36-A/2011 de 9/03.

Devem entender-se como fazendo parte daquelas normas as Bases para a Apresentação de Demonstrações Financeiras, os Modelos de Demonstrações Financeiras (Portaria n.º 105/2011 de 14/03), o Código de Contas (Portaria n.º 0106/2011 de 14/03) e as Normas Contabilísticas e de Relato Financeiro (Aviso n.º 6726-B/2011).

Sempre que na presente norma existam remissões para as Normas Internacionais de Contabilidade, entende-se que estas se referem as adotadas pela União Europeia nos termos do Regulamento (CE) n.º 1606/2002 do Parlamento Europeu e do Conselho de 19 de Julho e em conformidade com o texto original do Regulamento (CE) n.º 1126/2008 da Comissão, de 3 de Novembro.

Sempre que esta Norma não responda a aspetos particulares que se coloquem a dada entidade em matéria de contabilização ou relato financeiro de transações ou situações, ou a lacuna em causa seja de tal modo relevante que o seu não preenchimento impeça o objetivo de ser prestada informação que, de forma verdadeira e apropriada, traduza posição financeira numa certa data e o desempenho para o período abrangido, a entidade devera recorrer, tendo em vista tao somente a superação dessa lacuna, supletivamente e pela ordem indicada:

- a) As NCRF e Normas Interpretativas (NI);
- b) As Normas Internacionais de Contabilidade, adotadas ao abrigo do Regulamento n.º 1606/2002, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 19 de Julho;
- c) As Normas Internacionais de Contabilidade (IAS) e Normas Internacionais de Relato Financeiro (IFRS), emitidas pelo IASB, e respetivas interpretações (SIC e IFRIC).

Na preparação das demonstrações financeiras tomou-se como base os seguintes pressupostos:

#### - Pressuposto da continuidade

As demonstrações financeiras foram preparadas no pressuposto da continuidade das operações e a partir dos livros e registos contabilísticos da entidade, os quais são mantidos de acordo com os princípios contabilísticos geralmente aceites em Portugal.

#### - Regime da periodização económica (acrécimo)

A Entidade reconhece os rendimentos e ganhos a medida que são gerados, independentemente do momento do seu recebimento ou pagamento. As quantias de rendimentos atribuíveis ao período e ainda não recebidos ou liquidados são reconhecidas em "Devedores por acréscimos de rendimento"; por sua vez, as quantias de

my  
92  
10

gastos atribuíveis ao período e ainda não pagos ou liquidados são reconhecidas "Credores por acréscimos de gastos".

- **Materialidade e agregação**

As linhas de itens que não sejam materialmente relevantes são agregadas a outros itens das demonstrações financeiras.

- **Compensação**

Os ativos e os passivos, os rendimentos e os gastos foram relatados separadamente nos respetivos itens de balanço e da demonstração dos resultados, pelo que nenhum ativo foi compensado por qualquer passivo nem nenhum gasto por qualquer rendimento, ambos vice-versa.

- **Comparabilidade**

As políticas contabilísticas e os critérios de mensuração adotados a 31 de dezembro de 2013 são comparáveis com os utilizados na preparação das demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2012.

2.1 - Disposições do SNC que, em casos excepcionais, tenham sido derogadas e dos respetivos efeitos nas demonstrações financeiras

No presente exercício não foram derogadas quaisquer disposições do SNC.

2.2 - Contas do balanço e da demonstração dos resultados cujos conteúdos não sejam comparáveis com os do Período anterior

Não existem conteúdos que não sejam comparáveis com o exercício anterior.

**3 - Principais políticas contabilísticas**

3.1 Bases de mensuração usadas na preparação das demonstrações financeiras

As principais bases de reconhecimento e mensuração utilizadas foram as seguintes:

- **Eventos subsequentes**

Os eventos após a data do balanço que proporcionem informação adicional sobre condições que existiam nessa data, são refletidos nas demonstrações financeiras. Os eventos após a data do balanço que proporcionem informação sobre condições que ocorram após a data do balanço são divulgados nas demonstrações financeiras, se forem considerados materiais.

- **Ativos fixos tangíveis**

Os ativos fixos tangíveis encontram-se registados ao custo de aquisição, deduzido das depreciações.

As depreciações são calculadas, após o início de utilização dos bens, pelo método da linha reta em conformidade com o período de vida útil estimado para cada classe de ativos, conforme decreto-regulamentar número 25/2009 de 14 de Setembro com as ressalvas constantes das notas abaixo na mensuração das respectivas taxas de depreciação por classe.

As despesas com reparação e manutenção destes ativos são consideradas como gasto no período em que ocorrem. As beneficiações relativamente as quais se estima que gerem benefícios económicos adicionais futuros são capitalizadas no item de ativos fixos tangíveis.

As taxas de depreciação utilizadas no exercício foram (em %):

Edifícios e outras construções - 2,00%

Equipamento básico - 2% (considerados maioritariamente como elementos habitacionais indistintos ao edifício)

73  
W  
R

*e de valor materialmente irrelevante)*

Equipamento Administrativo – 10% *(considerado este valor pelo princípio da comparabilidade e dado que deprecia no exercício corrente a totalidade do Equipamento Administrativo)*

- Imposto sobre o rendimento

A Fundação Rangel de Sampaio encontra-se isenta de Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas (IRC) ao abrigo do art.º 10 do respetivo código.

- Meios financeiros líquidos

Este item inclui depósitos à ordem, depósitos a prazo e moedas em cofre. O auxiliar 123 na conta 12 detém um saldo credor por se tratar de um auxiliar de controlo da subconta 121 de valores de cheques emitidos a descontar no curto prazo imediato, ou seja, nem a conta 12, nem a respectiva subconta 121 detém qualquer saldo credor daí este valor não ser relevado no passivo como financiamento obtido ou rubrica análoga e não ferindo a óptica da não compensação de saldos.

- Fornecedores e outras contas a pagar

As contas a pagar a fornecedores e outros credores, que não vencem juros, são registadas pelo seu valor nominal, que é substancialmente equivalente ao seu justo valor.

A conta 2784 regista o valor remanescente devido referente ao projeto da construção da futura biblioteca da faculdade de Direito da U.C.

- Rédito e regime do acréscimo

O rédito compreende o justo valor da contraprestação recebida ou a receber pela prestação de serviços decorrentes da atividade normal da Fundação. O rédito é reconhecido líquido do Imposto sobre o Valor Acrescentado (IVA), abatimentos e descontos.

Observou-se o disposto na NCRF 20, dado que o rédito só foi reconhecido por ter sido razoavelmente mensurado, ser provável que se obtenham benefícios económicos futuros e todas as contingências relativas a uma venda tenham sido substancialmente resolvidas.

Os rendimentos dos serviços prestados são reconhecidos na data da prestação dos serviços ou se periódicos, no fim do período a que dizem respeito.

Os juros recebidos são reconhecidos atendendo ao regime da periodização económica, tendo em consideração o montante em dívida e a taxa efetiva durante o período até a maturidade.

- Julgamentos e estimativas

Na preparação das demonstrações financeiras, a entidade adotou certos pressupostos e estimativas que afetam os ativos e passivos, rendimentos e gastos relatados. Todas as estimativas e assunções efetuadas pelo órgão de gestão foram efetuadas com base no seu melhor conhecimento existente, à data de aprovação das demonstrações financeiras, dos eventos e transações em curso.

As estimativas contabilísticas mais significativas refletidas nas demonstrações financeiras incluem: i) vidas úteis dos ativos fixos tangíveis; ii) análises de imparidade, nomeadamente de contas a receber, iii) provisões;

As estimativas foram determinadas com base na melhor informação disponível a data da preparação das demonstrações financeiras e com base no melhor conhecimento e na experiência de eventos passados e/ou correntes. No entanto, poderão ocorrer situações em períodos subsequentes que, não sendo previsíveis à data, não foram consideradas nessas estimativas. As alterações a essas estimativas, que ocorram

33  
JK

posteriormente à data das demonstrações financeiras, serão corrigidas na demonstração de resultados de forma prospetiva.

- Moeda de apresentação

As demonstrações financeiras estão apresentadas em euro, constituindo esta a moeda funcional e de apresentação. Existem ganhos e perdas de natureza cambial refletidos nas respectivas subcontas de classe 6 (subconta 6928) e 7 (subconta 7861). Tanto as contas de disponibilidades como as de investimentos financeiros estão transpostas em euros com os valores fornecidos pelo Banco BPI e respectivas taxas de câmbio à data de fecho do exercício do ano em questão.

- Outros valores a receber

As contas de "Outras contas a receber" estão reconhecidas pelo seu valor nominal diminuído de eventuais perdas de imparidade, para que as mesmas reflitam o seu valor realizável líquido (exceção do auxiliar 17 da conta 2782 ~ Adriano José Gonçalves Pinto, por opção do Órgão de Gestão, dado que se encontra em processo de resolução.)

#### 4. Outras políticas contabilísticas relevantes

As políticas contabilísticas apresentadas foram aplicadas de forma consistente com o previsto na NCRF. Em cada data de balanço é efetuada uma avaliação da existência de evidência objetiva de imparidade, nomeadamente da qual resulte um impacto adverso nos fluxos de caixa futuros estimados sempre que possa ser medido de forma fiável.

##### 4.1 - Juízos de valor (excetuando os que envolvem estimativas) que o órgão de gestão fez no processo de aplicação das políticas contabilísticas e que tiveram maior impacto nas quantias reconhecidas nas demonstrações financeiras

O Órgão de Gestão teve como base a aplicação de políticas contabilísticas referidas nas NCRF. Não foram necessários juízos de valor para a aplicação de políticas contabilísticas.

##### 4.2 - Principais pressupostos relativos ao futuro (envolvendo risco significativo de provocar ajustamento material nas quantias escrituradas de ativos e passivos durante o ano financeiro seguinte)

As demonstrações financeiras foram preparadas numa perspetiva de continuidade não tendo a entidade intenção, nem a necessidade de liquidar ou reduzir drasticamente o nível das suas operações. Obviamente, e dada a importância dos activos financeiros na sua sustentabilidade são delegadas nas entidades bancárias as responsabilidades de gestão dos mesmos com risco mínimo para a prossecução dos fins estatutários da Fundação.

##### 4.3 Principais fontes de incerteza das estimativas (envolvendo risco significativo de provocar ajustamento material nas quantias escrituradas de ativos e passivos durante o ano financeiro seguinte)

Não existem situações que afetem ou coloquem algum grau de incerteza materialmente relevante nas estimativas previstas nas demonstrações financeiras apresentadas. No relatório de gestão da carteira da Fundação emitido pelo Banco BPI, apesar da incerteza e abrandamento dos mercados salienta-se a frase: "Apesar de riscos reconhecidos, o cenário para 2014 afigura-se mais auspicioso, assente em políticas económicas acomodáticas." Tendo em conta esta salvaguarda referida pelos próprios bancos, entendeu-se por bem não efectuar qualquer ajustamento.

#### 5 - Ativos fixos tangíveis

##### 5.1 Divulgações sobre ativos fixos tangíveis, conforme quadro seguinte:

- Ativos fixos tangíveis

73  
M  
K

Descrição	Terrenos e Recursos Naturais	Edifícios e Outras Construções	Equipamento Básico	Equipamento Transporte	Equipamento Administrativo	Equipamentos Biológicos	Outros AFT	AFT em Curso	Adiantamento s/ AFT	Total
Valor Bruto no início	0,00	538.824,46	1.340,00	0,00	17.569,04	0,00	0,00	0,00	0,00	557.733,50
Depreciações Acumuladas	0,00	134.175,51	294,80	0,00	17.412,74	0,00	0,00	0,00	0,00	151.883,05
Saldo no Início do período	0,00	404.648,95	1.045,20	0,00	156,30	0,00	0,00	0,00	0,00	405.850,45
Variações do período	0,00	-10.732,48	-26,80	0,00	-156,30	0,00	0,00	0,00	0,00	-10.915,58
Total de aumentos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Aquisições	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Total diminuições	0,00	10.732,48	26,80	0,00	156,30	0,00	0,00	0,00	0,00	10.915,58
Depreciações do período	0,00	10.732,48	26,80	0,00	156,30	0,00	0,00	0,00	0,00	10.915,58
Alienações	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Transferências	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Saldo no fim do período	0,00	393.916,47	1.018,40	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	394.934,87
Valor bruto no fim do período	0,00	538.824,46	1.340,00	0,00	17.569,04	0,00	0,00	0,00	0,00	557.733,50
Depreciações acumuladas no fim do período	0,00	144.907,99	321,60	0,00	17.569,04	0,00	0,00	0,00	0,00	162.798,63

Os ativos fixos tangíveis encontram-se registados ao custo de aquisição, deduzido das depreciações.

As depreciações são calculadas, apos o início de utilização dos bens, pelo método da linha reta em conformidade com o período de vida útil estimado para cada classe de ativos, conforme decreto-regulamentar número 25/2009 de 14 de Setembro com as ressalvas constantes das notas abaixo na mensuração das respectivas taxas de depreciação por classe.

As despesas com reparação e manutenção destes ativos são consideradas como gasto no período em que ocorrem. As beneficiações relativamente as quais se estima que gerem benefícios económicos adicionais futuros são capitalizadas no item de ativos fixos tangíveis.

As taxas de depreciação utilizadas no exercício foram (em %):

Edifícios e outras construções - 2,00%

Equipamento básico - 2% (considerados maioritariamente como elementos habitacionais indistintos ao edifício e de valor materialmente irrelevante)

Equipamento Administrativo - 10% (considerado este valor pelo princípio da comparabilidade e dado que deprecia no exercício corrente a totalidade do Equipamento Administrativo)

## 6 - Rédito

6.1 - Políticas contabilísticas adotadas para o reconhecimento do rédito incluindo os métodos adotados para determinar a fase de acabamento de transações que envolvem a prestação de serviços

- Rédito e regime do acréscimo

O rédito compreende o justo valor da contraprestação recebida ou a receber pela prestação de serviços decorrentes da atividade normal da Fundação. O rédito é reconhecido líquido do Imposto sobre o Valor Acrescentado (IVA), abatimentos e descontos.

Observou-se o disposto na NCRF 20, dado que o rédito só foi reconhecido por ter sido razoavelmente mensurado, ser provável que se obtenham benefícios económicos futuros e todas as contingências relativas a uma venda tenham sido substancialmente resolvidas.

Os rendimentos dos serviços prestados são reconhecidos na data da prestação dos serviços ou se periódicos, no fim do período a que dizem respeito.

Os juros recebidos são reconhecidos atendendo ao regime da periodização económica, tendo em consideração o montante em dívida e a taxa efetiva durante o período ate a maturidade.

33

**6.2 Quantia de cada categoria significativa de réditto reconhecida durante o período, conforme quadro seguinte:**

Rubrica	2013	2012	Var	% Var
Ganhos por aumentos de justo valor	100.083,69 €	428.408,57 €	-328.324,88 €	-77%
Outros rendimentos e ganhos	213.378,03 €	175.614,81 €	37.763,22 €	22%
Juros	40.130,89 €	60.361,32 €	-20.230,43 €	-34%
Total	353.592,61 €	664.384,70 €	-310.792,09 €	-47%

**7. Outras informações diversas e/ou exigidas por diplomas legais**

**7.1 – Informação por actividade económica e por mercado geográfico**

Rubrica	CAE 1 - 2013	CAE 2 - 2013
<b>Vendas</b>	0,00 €	
de Mercadorias	0,00 €	
<b>Prestações de serviços</b>	0,00 €	
Ganhos por aumentos de justo valor	100.083,69 €	
<b>Outros Rendimentos e Ganhos</b>	211.242,96 €	2.135,07 €
Juros	40.130,89 €	
<b>Compras</b>	0,00 €	
<b>Fornecimentos e serviços externos</b>	21.468,89 €	6.599,93 €
<b>CMVMC</b>	0,00 €	
Mercadorias	0,00 €	
MP's, Subsidiárias e de Consumo	0,00 €	
<b>Gastos com Pessoal</b>	0,00 €	
Remunerações	0,00 €	
Outros Gastos	0,00 €	
<b>Activos Fixos Tangíveis</b>	394.934,87 €	
Valor líquido final	394.934,87 €	
<b>Propriedades de Investimento</b>	0,00 €	

\* MERCADO GEOGRÁFICO: Todos os itens acima se referem ao mercado nacional.

## 7.2 – Decomposição e movimento dos Fundos Patrimoniais

Fundos Patrimoniais	Saldo Inicial	Débitos	Créditos	Saldo Final
Resultados Transitados	4.055.177,00 €	0,00 €	271.172,12 €	4.326.349,12 €
Outras variações	2.001,11 €	0,00 €	0,00 €	2.001,11 €
Doações	2.001,11 €	0,00 €	0,00 €	2.001,11 €
Total	4.057.178,11 €	0,00 €	271.172,12 €	4.328.350,23 €

## 7.3 – Impostos em mora

A Fundação apresenta a sua situação regularizada perante as Finanças e Segurança Social, tendo liquidado as suas obrigações nos prazos legalmente estipulados.

## 7.4 – Outras informações

### 7.4.1 – Discriminação dos fornecimentos e serviços externos

Rubrica	2013	2012	Var
Serviços Especializados	8.208,53 €	6.659,09 €	1.549,44 €
Honorários	8.080,00 €	5.180,00 €	2.900,00 €
Conservação e Reparação	11.118,68 €	13.394,55 €	-2.275,87 €
Ferramentas e Utensílios	0,00 €	1.044,76 €	-1.044,76 €
Material de Escritório	0,00 €	16,35 €	-16,35 €
Energia - Electricidade	0,00 €	135,73 €	-135,73 €
Deslocações e estadas	84,73 €	34,70 €	50,03 €
Serviços Diversos	576,88 €	215,25 €	361,63 €
Total FSE	28.068,82 €	26.680,43 €	1.388,39 €

### 7.4.2 - Discriminação de outras contas a pagar e a receber

Conta	Rubrica	Saldo 31/12
<b>2721</b>	<b>Devedores por acréscimo de Rendimentos</b>	<b>51.954,65 €</b>
27211	Devedores por acresc. Rendimentos - Juros a receber	49.325,21 €
27212	Devedores por acresc. Rendimentos - Rendas a cobrar	2.629,44 €
<b>2722</b>	<b>Credores por acréscimo de gastos</b>	<b>-12.012,27 €</b>
27229	Outros (Com. Performance e Gestão)	-12.012,27 €
<b>278</b>	<b>Outros devedores e credores</b>	<b>-449.464,91 €</b>
2781	Rendas em dívida	5.262,34 €
2784	Gestão Futura Biblioteca FDUC	-454.727,25 €
<b>2783</b>	<b>Outros devedores e credores - Cob. Duvidosa</b>	<b>3.597,94 €</b>
<b>279</b>	<b>Perdas por imparidade acumulada</b>	<b>-3.597,94 €</b>

33  
 PL  
 A

#### 7.4.3 - Discriminação dos diferimentos

Conta	Rubrica	Saldo 31/12
<b>281</b>	<b>Gastos a reconhecer</b>	<b>472,05 €</b>
2811	Gastos a reconhecer - Cond./Seguros	472,05 €
<b>282</b>	<b>Rendimentos a reconhecer</b>	<b>-64.678,36 €</b>
2821	Rendimentos a reconhecer - Rendas antecip.	-6.178,36 €
2822	Rendimentos a reconhecer - Bolsas / Premios atribuir	-58.500,00 €

#### 7.4.4 - Discriminação dos outros gastos e perdas

Conta	Rubrica	2013
<b>681</b>	<b>Impostos</b>	<b>1.728,05 €</b>
68121	Impostos Indirectos	1.728,05 €
<b>686</b>	<b>Gastos e perdas financeiras</b>	<b>18.850,88 €</b>
6862	Alienações	12.208,24 €
6863	Fundos de Investimento / Juros	3.534,22 €
6868	Outros gastos e perdas	3.108,42 €
<b>688</b>	<b>Outros</b>	<b>500,00 €</b>
68830	Quotizações FRS	500,00 €
<b>6887</b>	<b>Outros gastos e perdas</b>	<b>48.389,77 €</b>
68870	Outros gastos e perdas - Bolsas FRS	30.000,00 €
68871	Outros gastos e perdas - Desl./Bolsas FRS	2.039,84 €
68872	Outros gastos e perdas - Dt. Petroleo	6.599,93 €
68879	Outros gastos e perdas - Prémios/Out FRS	9.750,00 €

#### 7.4.5 - Discriminação dos outros rendimentos e ganhos

Conta	Rubrica	2013
<b>781</b>	<b>Rendimentos Suplementares</b>	<b>7.459,52 €</b>
78161	Outros Rend. Suplementares - Rendas Opt.	2.176,00 €
78162	Outros Rend. Suplementares - Rendas Meo	3.148,45 €
78163	Outros Rend. Suplementares - Dt. Petroleo	2.135,07 €
<b>786</b>	<b>Rendimentos e Ganhos Rest.Act. Financeiros</b>	<b>135.687,73 €</b>
7861	Diferenças de câmbios favoráveis	9.163,04 €
7862	Alienações	79.039,90 €
7863	Fundos de Investimento	47.484,79 €
<b>787</b>	<b>Rendimt. e ganhos rest. activos nao fin</b>	<b>65.970,89 €</b>
7873	Rendas e outr. Rend. Prop. Invest.	65.970,89 €
<b>788</b>	<b>Outros</b>	<b>4.259,89 €</b>
7885	Restituição impostos	476,65 €
7886	Outros Rend. - Atrib.Bolsas/Premios	3.500,00 €
7888	Outros no especificados	283,24 €

33  
K

## 8 – Instrumentos Financeiros / Investimentos Financeiros

Relativamente aos activos financeiros – instrumentos financeiros, por se tratarem de elementos de difícil valorização, o órgão de gestão optou pelo princípio da comparabilidade mantendo o valor dos demais anos sem relevar imparidades assumindo o valor de custo como o justo valor. Relativamente aos investimentos financeiros, estão valorizados ao justo valor com evidência de informação fiabilizada pelo Banco BPI disponibilizada em extratos valorizados numa base de cotação mensal anexos a este relatório conjuntamente com toda a informação contabilística num total de 2.418.134,10 € divididos da seguinte forma:

<u>Rubrica</u>	<u>31-12-2013</u>
Fundos de Investimento	1.005.213,64 €
Papel Comercial	119.765,14 €
Carteira de Títulos	1.002.956,85 €
Fundos Flexíveis	188.615,03 €
Fundos Imobiliários	101.583,44 €
<b>Total</b>	<b>2.418.134,10 €</b>

## 9 - Fluxos de caixa

### 9.1 - Comentário do órgão de Gestão sobre a quantia dos saldos significativos de caixa e seus equivalentes que não estão disponíveis para uso

Todas as quantias evidenciadas no Balanço, a 31 de dezembro de 2013, estão disponíveis para uso.

### 9.2 - Valores em caixa e depósitos bancários

<u>Conta</u>	<u>Rubrica</u>	<u>31-12-2013</u>
11	Caixa	5.548,52 €
12	Depósitos à ordem	59.663,87 €
13	Depósitos a prazo	1.997.600,00 €
<b>TOTAL</b>	<b>CAIXA E DEPÓSITOS</b>	<b>2.062.812,39 €</b>

Na divulgação dos fluxos de caixa, foi utilizado o método direto.

## 10 - Acontecimentos após a data do Balanço

### 10.1 - Autorização para emissão

As demonstrações financeiras para o exercício findo em 31 de dezembro de 2013 foram aprovadas pelo Conselho Diretivo para emissão em 07 de Março de 2014.

**10.2 - Indicação sobre se foram recebidas informações após a data do Balanço acerca de condições que existiam à data do Balanço. Em caso afirmativo, indicação sobre se, face as novas informações, foram atualizadas as divulgações que se relacionam com essas condições.**

Não foram recebidas informações que justificassem a alteração das divulgações já efetuadas.

### 10.3 - Acontecimentos após a data do Balanço que não deram lugar a ajustamentos

Não ocorreram acontecimentos relevantes após a data do Balanço que não deram lugar a ajustamentos.

O Conselho Directivo

*Carina de Jesus*  
*Pedro Esteves*  
*Helena*

O Técnico Oficial de Contas

*João António*